

PRODUÇÃO TEÓRICA EM ECONOMIA REGIONAL: UMA PROPOSTA DE SISTEMATIZAÇÃO*

Luiz Ricardo Mattos Teixeira Cavalcante

E-mail: ricardotcavalcante@uol.com.br

RESUMO O presente trabalho apresenta uma proposta de sistematização da produção teórica em economia regional. Procurou-se identificar e sistematizar teorias cujo objeto de análise são espaços subnacionais sobre os quais há possibilidades concretas de intervenção e de levantamento de informações individualizadas. Propõe-se a sistematização da produção teórica na área em três grandes blocos: o conjunto de teorias clássicas da localização, as teorias de desenvolvimento regional com ênfase nos fatores de aglomeração e a produção recente em economia regional. Nesse último bloco, destacam-se abordagens que consideram os novos padrões de produção baseados na automação integrada flexível e, no âmbito da Nova Geografia Econômica, modelos formais que possam dar conta do trade off entre economias de escala e custos de transporte.

Código JEL: R1, R11, R58.

Palavras-chave: Teoria da Localização / Pólos de Crescimento / Distritos Industriais / Ativos Relacionais / Nova Geografia Econômica

ABSTRACT The aim of this paper is to present a systematization proposal of the theoretical production on regional economics. The theoretical production identified and systematized is the one that emphasizes subnational spaces on which there are clear possibilities of intervention and individual data recovery. Three main blocks are identified: the classic location theories, the development theories that emphasize agglomeration factors and the recent production on regional economics. In the last block, the emphasis is put on approaches that consider the new production patterns based on flexible and integrated automation, and, in the New Economic Geography approach, on formal models that take into account the trade off between scale economies and transportation costs.

Key-words: *Location theory / Growth Poles / Industrial districts / Relational assets / New Economic Geography*

* Artigo recebido em abril/2007 e aceito em agosto/2007.

1. Introdução

A formulação de uma proposta de sistematização da produção teórica em economia regional requer, antes de mais nada, que se enfrente o desafio metodológico relativo à definição do próprio objeto de análise desse ramo da ciência econômica, uma vez que não há uma definição universalmente aceita de “região”. São várias as definições existentes e dificilmente haverá um consenso a respeito, uma vez que o conceito empregado dependerá, em grande medida, do enfoque proposto sobre o objeto¹. Dessa forma, se o conceito de região for simplesmente o de espaços territorialmente delimitados, A Riqueza das Nações de Smith poderia ser incluído entre a produção teórica de economia regional, uma vez que nações não deixam de ser agrupamentos humanos geralmente fixados em um território².

À parte o problema colocado pela delimitação do objeto de estudo e pela definição do conceito de região, observa-se que a retomada do interesse pelas questões associadas à economia regional no período recente tem contribuído para um crescente esforço de formalização de modelos pré-existentes e de incorporação de novos conceitos, provenientes da econometria, da organização industrial, da nova economia institucional e de uma série de outras áreas do conhecimento. A recuperação do interesse pelo tema tem sido usualmente atribuída à emergência de novos padrões de produção flexível e aos movimentos de integração regional que, ao ampliarem a mobilidade internacional de fatores, têm incentivado comparações entre economia internacional e economia inter-regional³.

A dificuldade na delimitação do objeto de estudo da economia regional e a ausência de um tratamento sistematizado das diversas abordagens possíveis sobre o tema representam, sem dúvida, um obstáculo às pesquisas que procuram estabelecer relações de causalidade entre o desenvolvimento de regiões subnacionais e ações específicas de intervenção. É sobre essa constatação que se apóia o presente trabalho, cujo objetivo é propor uma sistematização das principais correntes de pensamento orientadas para o tema. O propósito dessa sistematização é mais ambicioso do que o relato das diversas visões sobre o assunto. Na verdade, buscam-se elementos conceituais que possam desenvolver a capacidade crítica de interpretação da realidade atual e das ações e políticas que poderiam ser adotadas com o propósito de promover o desenvolvimento econômico de regiões determinadas.

1 A polêmica a respeito do conceito de região teria levado Higgins (1969, apud FERREIRA, 1989) a afirmar que “poucos esforços em toda a história dos empreendimentos científicos mostraram ser tão estéreis como a tentativa de encontrar uma definição universal aceitável de região. O fracasso reflete o simples fato de que nenhum conceito de região pode satisfazer, ao mesmo tempo, a geógrafos, cientistas políticos, economistas, antropólogos etc.”.

2 Seguindo essa linha de pensamento, em uma publicação *Economie Régionale et Urbaine*, Aydalot (1985, apud ROLIM, 1999, p. 4) considera que a questão regional era “intensamente discutida por Smith, Petty e Cantillon”.

3 Fugita, Krugman e Venables (2000, p. 2) explicitam a questão da unificação européia e “o esforço para entender como essa profunda integração irá funcionar através da comparação da economia internacional dentro da Europa com a economia inter-regional dentro dos Estados Unidos” (FUGITA; KRUGMAN; VENABLES, 2000, p. 2).

Desde logo é importante ressaltar, em que pese a controvérsia sobre o conceito de região, que se optou por identificar e sistematizar a produção teórica voltada para a discussão de espaços territorialmente contíguos inseridos em espaços nacionais sobre os quais há possibilidades concretas de intervenção e de levantamento de informações individualizadas. Na prática, essa opção não apenas exclui uma parte da produção sobre desenvolvimento regional que enfatiza o desenvolvimento de nações como também tende a direcionar a abordagem para espaços que, embora dispondo de reduzida margem de manobra em políticas de caráter tipicamente nacional (como as políticas monetária, cambial e tarifária), contam com instrumentos concretos para implementação de políticas de desenvolvimento regional cujos efeitos podem ser mensurados de forma objetiva⁴. É claro que a proposta apresentada na Seção 2 deste trabalho e em seguida detalhada nas Seções 3, 4 e 5 é apenas uma entre as várias possibilidades de sistematização da produção teórica na área. No entanto, não apenas pela sua razoável identificação com outras propostas, mas, sobretudo, por oferecer a possibilidade de contextualizar as diversas influências exercidas, a sistematização aqui colocada pode se prestar à formulação de políticas de desenvolvimento regional que levem em conta a evolução do pensamento na área e os fatores conjunturais, conforme discutido na Seção 6 deste documento, onde são também apresentadas suas principais conclusões.

2. A Sistematização Proposta

Parece ser razoavelmente consensual que, ao menos até a incorporação dos impactos da terceira revolução industrial na produção teórica em economia regional, duas grandes correntes de pensamento sobre o tema podiam ser identificadas:

- O conjunto de teorias clássicas da localização que evoluiu de forma mais ou menos contínua da publicação de *Der Isolierte Staat in Beziehung auf Landschaft und Nationalökonomie*⁵ (von THÜNEN, 1826) à publicação de *Location and Space Economy* (ISARD, 1956);
- O conjunto de teorias de desenvolvimento regional com ênfase nos fatores de aglomeração de inspiração marshalliana e keynesiana que floresceram a partir da década de 1950 e cujas principais referências que enfatizaram de alguma forma o desenvolvimento de espaços subnacionais são *Note sur la notion de pôle de croissance* (PERROUX, 1955), *Economic Theory and Under-Developed Regions* (MYRDAL, 1957) e *The Strategy of Economic Development* (HIRSCHMAN, 1958).

A partir da década de 1970, começaram a ser observados esforços para a incorporação de modelos e abordagens que pudessem dar conta dos novos

4 A definição aqui proposta coaduna-se não apenas com o conceito operacional de região proposto por Markusen (1987, apud ROLIM, 1999, p. 2) como também com a crítica apresentada por Cano (1985, p. 23) à aplicação direta dos pressupostos da escola da Cepal “à problemática inter-regional de uma nação”.

5 O Estado Isolado em Relação à Economia Regional e Nacional ou, simplesmente, O Estado Isolado.

No diagrama apresentado, apontam-se os três grandes conjuntos de teorias e suas principais influências, indicadas por setas. Alguns autores e correntes teóricas que não tinham como foco central de sua análise a economia regional, mas que terminaram exercendo influências consideradas relevantes nos conjuntos de teorias indicados, foram incluídos e relacionados às correntes teóricas através de setas contínuas (quando se julgou que a influência era direta e explícita) ou tracejadas (quando se julgou que, embora perceptível, a influência era indireta ou apenas implícita). Além disso, procurou-se dispor a produção teórica em ordem cronológica, tomando-se como base o ano da publicação do trabalho considerado de referência para o tema aqui em questão. Nas três próximas seções deste trabalho, procura-se discutir cada um dos conjuntos de teorias indicados, apresentando-se, também, uma síntese do pensamento de seus principais autores.

3. Teorias Clássicas da Localização

O que aqui se define como “teorias clássicas da localização” é um conjunto de trabalhos que evoluiu de forma mais ou menos seqüenciada de von Thünen (1826) a Isard (1956) conforme indicado no bloco à esquerda na Figura 1. Esse conjunto de trabalhos é chamado de “teorias neoclássicas da localização”, “ortodoxias teóricas” (CRUZ, 2000, p. 55), “geometria germânica”⁸ ou simplesmente “eixo da teoria da localização” (ROLIM, 1999). Optou-se por intitulá-las genericamente de “teorias clássicas da localização” em função da visível influência do conceito de “livre mercado” empregado em suas formulações, mas evitou-se qualificá-las de “teorias neoclássicas”, uma vez que von Thünen, por exemplo, foi contemporâneo de David Ricardo e, portanto, anterior à produção que se convencionou chamar de “neoclássica”. “Clássicos” ou “neoclássicos”, os autores incluídos nesta seção procuram enfatizar, de uma forma geral, as decisões do ponto de vista da firma que, levando em conta o papel dos custos de transporte, procura determinar sua “localização ótima”. As externalidades decorrentes da aglomeração de atividades em uma região determinada são, de uma forma geral, desprezadas. Além disso, ao admitirem estruturas de mercado pulverizadas, essas formulações teóricas terminam não conseguindo lidar com o trade-off entre ganhos de escala (que tenderiam a concentrar espacialmente as atividades de produção) e custos de transporte (que tenderiam a dispersá-las), conforme se verá nas subseções seguintes, onde são discutidas as visões de seus principais autores.

⁸ A expressão, adotada por Krugman (1998, p. 38), refere-se ao grupo de autores aqui mencionados na “teoria clássica da localização”, exceto von Thünen. A tradição da “geometria germânica” mencionada por Krugman (1998, p. 38) inicia-se, dessa forma, com Weber.

3.1. O Estado Isolado de Von Thünen⁹

Em 1826 o proprietário de terras alemão Johann Heinrich von Thünen (1780-1850)¹⁰ publicou o primeiro volume do livro *O Estado Isolado*¹¹ que viria mais tarde ser reconhecido como o primeiro tratamento formal dado à questão espacial¹² na economia. Pelo pioneirismo e elegância do seu modelo, von Thünen tornou-se o “patrono dos geógrafos econômicos e dos economistas espaciais” (SILVA, 1976, p. 2), o “pai fundador da economia espacial” e “referência quase obrigatória nos primeiros livros-texto de economia regional e urbana” (CRUZ, 2000, p. 55).

Trata-se de um modelo que, através de uma formulação matemática elegante, procura determinar o ponto de maximização da renda da terra em diferentes localizações, em condições de mercado, levando em consideração os custos de transporte. O modelo procura mostrar que, fixadas as demais condições (inclusive de produtividade), no entorno de uma cidade onde estaria concentrado o mercado, a terra seria usada para plantar o produto com maiores custos de transporte. Na medida em que houvesse um afastamento da cidade, a terra seria usada para produtos cujos custos de transporte fossem menores, resultando em círculos concêntricos em torno da cidade dedicados ao plantio de produtos com custos de transporte inversamente proporcionais a sua distância da cidade.

Embora suas conclusões possam parecer hoje em dia bastante óbvias tendo em vista as premissas estabelecidas, o modelo de von Thünen demonstrou formalmente que, mesmo admitindo-se condições homogêneas no território, a produção agrícola não seria uniformemente distribuída em função dos diferentes custos de transporte assumidos. Entretanto, a despeito dos seus méritos, o modelo de von Thünen apóia-se em um conjunto de premissas dificilmente encontradas no mundo real; além disso, trata-se de um modelo estático no qual a tecnologia não desempenha um papel relevante.

3.2. A Teoria da Localização Industrial de Weber

Em 1909, portanto mais de 80 anos após a publicação de *O Estado Isolado*, o economista alemão Alfred Weber (1868-1958) publicou seu *Über den Standort*

⁹ Em uma publicação intitulada *Economic Theory in Retrospect*, Mark Blaug (apud KRUGMAN, 1998, p. 37) assinala que Carl Wilhelm Friedrich Launhardt (1832-1918), embora tendo nascido após a publicação de *O Estado Isolado*, teria sido não apenas o verdadeiro autor de boa parte daquilo que se atribui a von Thünen como também teria antecipado muito daquilo que mais tarde seria apresentado por Alfred Weber. No presente trabalho, entretanto, optou-se, assim como o fez Krugman (1998, p. 37), por utilizar referências aos nomes através dos quais as teorias vieram a tornar-se conhecidas.

¹⁰ De acordo com Silva (1976, p. 2), von Thünen era fazendeiro em uma região próxima a Rostock (Mecklenburg).

¹¹ Trata-se, a rigor, o primeiro de três volumes da obra com o mesmo título, tendo sido os dois volumes seguintes publicados em 1850 e 1867, respectivamente. (History of Economic Thought Website, 2001). A tradução em inglês publicada em 1966 é intitulada *von Thünen's Isolated State*. Não há registro de radução em língua portuguesa da obra de von Thünen.

¹² “Founding god of spatial economics”, em uma expressão atribuída a Samuelson por Bröker (s.d.).

der Industrien¹³ que, usando uma formulação de caráter neoclássico, admite que a decisão quanto à localização de atividades industriais decorreria da ponderação de três fatores: o custo de transporte, o custo da mão-de-obra e um “fator local” decorrente das forças de aglomeração e desaglomeração (FERREIRA, 1989, p. 78). Com relação aos custos de transporte, Weber (1909) postula que as indústrias tendem a instalar-se onde os custos de transporte de matérias-primas e produtos finais sejam mínimos. Essencialmente, assumem-se como dados a localização dos mercados consumidores (considerados perfeitamente elásticos), das fontes de matéria-prima (considerada infinitamente elástica a um preço dado) e da mão-de-obra (considerada também infinitamente elástica a uma taxa de salários dada) e os custos de transporte associados tanto à matéria-prima como ao produto final, procurando determinar a localização “ótima” para a atividade. Ao assumir que a mão-de-obra não teria mobilidade espacial, Weber pondera que variações regionais em seu custo exercem também influência na decisão quanto à localização das empresas. Mantendo o caráter neoclássico da formulação, Weber admite que, se os menores custos de mão-de-obra compensarem os maiores custos de transporte, as indústrias tenderão a localizar-se nas regiões onde aquele custo for inferior.

Weber (1909) classifica as matérias-primas em dois tipos básicos: ubiqüidades, isto é, disponíveis em qualquer parte e não exercendo nenhuma influência na localização de atividades econômicas, e localizadas, isto é, aquelas disponíveis apenas em pontos determinados do espaço. As matérias-primas localizadas, por sua vez, podem ter o seu peso integralmente incorporado ao produto final ou perder peso após o processo de transformação. Havendo apenas um ponto no qual esteja disponível a matéria-prima, a localização seria definida assim em função dos custos de transporte: sendo o custo de transporte da matéria-prima superior ao custo de transporte do produto final, a atividade estaria localizada o mais próximo possível da fonte de matéria-prima; caso contrário, a atividade tenderia a localizar-se o mais próximo possível do mercado. O problema assume contornos de geometria plana e mecânica vetorial quando se usam, por exemplo, duas matérias-primas M_1 e M_2 , disponíveis apenas em dois pontos distintos do espaço, e um centro de consumo C localizado em um terceiro ponto distinto das fontes de M_1 e M_2 . Nesse caso, conhecidos todos os parâmetros necessários, demonstra-se que há um ponto P no espaço que corresponderia à localização “ótima” para a atividade¹⁴.

É comum que os comentários sobre o trabalho de Weber enfatizem a papel que os custos de transporte e de mão-de-obra desempenham na decisão quanto à localização de atividades industriais. Entretanto, autores como Ferreira (1989, p. 102 e seguintes) e Diniz (2000, p. 5) indicam que Weber considera ainda fatores de aglomeração e desaglomeração, embora não os trate de forma tão objetiva quanto os custos de transporte e de mão-de-obra. Em que pese o fato do tratamento dado por Weber à aglomeração ter sido objeto de várias críticas, não há como negar o

13 Sobre a Localização de Indústrias ou Teoria da Localização de Indústrias, publicado em inglês com o título de *Theory of the Location of Industries*.

14 A rigor, essa demonstração foi feita por Georg Pick no apêndice matemático da obra Weber, conforme assinala Ferreira (1989, p. 81).

pioneirismo de sua formulação, ainda que por vezes limitada pelos pressupostos intrínsecos à análise de caráter neoclássico adotada pelo autor. A sua incapacidade de lidar com os ganhos crescentes de escala (uma vez que a formulação apóia-se no pressuposto de concorrência pura e perfeita) levou Fugita, Krugman e Venables (2000, p. 26) a afirmar secamente, no capítulo dedicado à discussão dos antecedentes da ciência regional, que a produção teórica de Weber e seus seguidores “plays no role in our discussion”.

3.3. Os Lugares Centrais de Christaller

Em 1933, o geógrafo alemão Walter Christaller (1893-1969) dá continuidade à produção teórica da escola clássica da localização ao publicar *Die zentrale Orte in Süddeutschland*¹⁵. Essencialmente, Christaller procura compreender “as leis que determinam o número, tamanhos e distribuição das cidades” (SILVA, 1976, p. 9), entendidas como “lugares centrais” que distribuiriam bens e serviços para a região em seu entorno. Ao analisar a distribuição espacial das cidades no sul da Alemanha, Christaller pôde constatar que elas eram aproximadamente equidistantes entre si.

Ao tentar explicar os arranjos espaciais observados, Christaller define então o conceito de limiar (nível mínimo de demanda que asseguraria a produção de um determinado bem ou serviço), a partir do qual se passa a obter rendimentos crescentes. Ao definir o alcance de um bem ou serviço, isto é, “a maior distância que a população dispersa se dispõe a percorrer objetivando adquirir um bem ou utilizar um serviço” (SILVA, 1976, p. 9), Christaller pode então estabelecer uma espécie de hierarquia entre cidades, uma vez que quanto maiores o limiar e o alcance de um bem ou serviço menor será o número de cidades aptas a oferecê-lo. Em resumo, Christaller admite que a produção de bens e serviços nas cidades resultaria de “uma escala de produção que alcança um ótimo representado por uma demanda dividida em um espaço homogêneo” (CRUZ, 2000, p. 55). Ao aplicar seu método, Christaller conclui que haveria uma tendência à formação de arranjos hexagonais para a distribuição das cidades em uma determinada região.

Adotando uma metodologia similar àquela utilizada por Christaller, o economista alemão Auguste Lösch (1906-1945) publicou, em 1940, *Die räumliche Ordnung der Wirtschaft*¹⁶, onde propõe uma hierarquia entre as áreas de mercado (SILVA, 1976, p. 11). De acordo com Böventer (1963, apud SILVA, 1976, p. 11), “enquanto Christaller partia da cidade de nível hierárquico máximo para logo passar aos bens com áreas de mercado menores, Lösch começa pelas áreas menores e induz sucessivamente áreas de mercado maiores. Assim sendo, no sistema de Lösch obtém-se um número maior de redes, cujos hexágonos giram com respeito à posição do hexágono de tamanho mínimo”.

15 “Os lugares centrais no sul da Alemanha”. Não há registro de tradução em português desse livro, que apenas em 1966 foi publicado em língua inglesa com o título *Central Places in southern Germany*.

16 “A Ordem Espacial da Economia”. A edição em língua inglesa de 1954 foi intitulada *The economics of location*.

Embora a teoria dos lugares centrais venha servindo de inspiração para uma série de trabalhos recentes que procuram empregar modernas ferramentas de processamento de dados – como redes neurais, por exemplo – à compreensão do arranjo espacial das cidades, os pressupostos básicos empregados por von Thünen e Weber são igualmente utilizados tanto por Christaller como por Lösch. Conforme destaca Cruz (2000, p. 56), “a idéia descritiva predominante nesta teoria é a de que as cidades centrais constituem núdulos de uma grande rede de cidades e uma ‘mão invisível’ fará com que centros mais importantes sejam hierarquicamente superiores”. Ao contestar um modo de análise que despreza a intervenção do Estado – que estaria fora do âmbito da concorrência de mercado –, o mesmo autor argumenta que a hierarquia espacial seria uma resultante e não uma causa (como colocado na teoria dos lugares centrais). De forma similar, Fugita, Krugman e Venables (2000, p. 27) qualificam a teoria dos lugares centrais “na melhor das hipóteses uma descrição, mas não uma explicação, da estrutura espacial da economia”.

3.4. A Teoria da Localização e Economia Espacial de Isard

É curioso notar que até a publicação de *Location and Space Economy* em 1956 pelo economista norte-americano Walter Isard, toda a produção no âmbito das teorias da localização havia sido publicada em alemão, e as traduções em inglês simplesmente não existiam. Krugman (1998, p. 41) assinala que essa seria uma barreira para sua incorporação ao mainstream da tradição anglo-saxônica, e Fugita, Krugman e Venables (2000, p. 25) destacam que essa produção somente se tornou disponível para o “English-speaking world” através do trabalho seminal de Walter Isard (1956).

Ao propor uma espécie de síntese em língua inglesa das teorias da escola clássica da localização, Isard, percebendo a necessidade de incorporação de novas disciplinas à análise, termina propondo uma linha de pensamento que se convencionou chamar de *Regional Science*. Uma vez constituída, diversos autores dedicaram-se a tentativas de confrontar aquilo que poderia ter sido previsto através dessas teorias e a propor novos fatores de localização objetivando aumentar seu grau de “adequação” à realidade. Esse é, por exemplo, o objetivo do livro de Motta (1960), que define cinco fatores de orientação industrial: (i) orientação para as matérias-primas; (ii) orientação para o mercado; (iii) orientação para a mão-de-obra; (iv) orientação para a energia; e (v) orientação não especificamente definida. Também Azzoni (1982) busca evidências empíricas da teoria da localização e procura destacar que, embora o processo não seja tão “racional” quanto se poderia supor à luz dessas teorias, os fatores clássicos de localização não podem ser descartados na compreensão nas decisões empresariais. Por outro lado, Diniz (2000, p. 5) ressalta que o tratamento pioneiro dado por Weber à questão da aglomeração no âmbito das teorias clássicas da localização seria “relativamente negligenciado” pela “*Regional Science*” de Isard.

4. Teorias de Desenvolvimento Regional com Ênfase nos Fatores de Aglomeração

A partir da década de 1950, começam a ser desenvolvidas teorias de desenvolvimento regional que passam a enfatizar algum tipo de mecanismo dinâmico de auto-reforço resultante de externalidades provenientes da aglomeração industrial. É difícil obter um registro definitivo a respeito do primeiro autor que teria explicitado a questão da aglomeração de atividades como um fator de localização de novas atividades e, portanto, de crescimento. Em que pese essa dificuldade, a maioria dos autores tende a mencionar as idéias de Alfred Marshall (1890) como pioneiras nesses aspectos. A esse respeito, Krugman (1998, p. 49-50) afirma que *“the idea that clustering of producers in a particular location yields advantages, and that these advantages in turn explain such clustering, is an old one. I don't know who first pointed it out, but the economist who made the most of it was none other than Alfred Marshall”*.

Essencialmente, Marshall (1890) trata, além dos ganhos de escala internos à firma, a questão das externalidades, conforme demonstra o trecho a seguir, extraído de seu *Princípios de Economia*:

Muitas das economias na utilização de mão-de-obra e maquinaria especializada não dependem do tamanho das fábricas individuais. Algumas dependem do mesmo gênero de fábricas na vizinhança; enquanto outras, especialmente relacionadas com o adiantamento da ciência e o progresso das artes, dependem principalmente do volume global de produção em todo o mundo civilizado. (MARSHALL, 1890, p. 229).

Portanto, ao tratar a questão, Marshall (1890) levou em consideração, conforme assinala Krugman (1998, p. 50), duas externalidades pecuniárias e uma externalidade tecnológica listadas abaixo:

- A possibilidade oferecida por um grande mercado local de viabilizar a existência de fornecedores de insumos com eficiência de escala;
- As vantagens decorrentes de uma oferta abundante de mão-de-obra; e
- A troca de informações que ocorre quando empresas do mesmo setor aglomeram-se.

Sobretudo a partir da década de 1950, diversos autores dedicaram-se a tentar compreender o fenômeno do crescimento regional utilizando conceitos de alguma forma relacionados à questão da aglomeração¹⁷. Em que pese o relevante

¹⁷ Krugman (1998, p. 26) ao citar produções teóricas com abordagens similares já na década de vinte, assinala que os livros aqui mencionados de Myrdal (1957) e Hirschman (1958) *“mark the end, not the beginning, of high development theory”*.

papel desempenhado pela aglomeração nos “pólos de crescimento” de Perroux (1955), na “causação circular e cumulativa” de Myrdal (1957) e nos “efeitos para trás e para a frente” de Hirschman (1958), é curioso observar que esses autores não foram, ao menos do ponto de vista formal, diretamente influenciados pelo trabalho de Marshall (1890), sendo muito mais presentes e facilmente identificáveis nessas obras as influências exercidas por Keynes e por Schumpeter, esse último, sobretudo, no caso de Perroux (1955). Daí decorrem, na Figura 1, as setas contínuas ligando Schumpeter e Keynes e a seta pontilhada ligando Marshall às teorias que aqui se convencionou chamar de “teorias de desenvolvimento regional com ênfase nos fatores de aglomeração”. As subseções seguintes apresentam, com maior grau de detalhe, as principais idéias desses autores a respeito do desenvolvimento regional.

4.1. Os Pólos de Crescimento de Perroux

Embora os fatores de aglomeração de inspiração marshalliana desempenhem um importante papel na elaboração do conceito de pólo de crescimento proposto pelo economista francês François Perroux (1903-1987), é sem dúvida de natureza schumpeteriana sua principal influência nessa questão. Com efeito, a crítica de Perroux ao “fluxo circular da vida econômica enquanto condicionado por circunstâncias dadas”¹⁸ de inspiração walrasiana é visivelmente influenciada pela crítica originalmente apresentada por Schumpeter (1911)¹⁹. A formulação da crítica ao equilíbrio geral walrasiano teria levado Perroux (1955, p. 146) a afirmar que “nenhum crescimento observável de uma economia exprime-se pelo modelo que se acaba de caracterizar”.

Partindo das proposições apresentadas por Schumpeter (1911) a respeito do papel desempenhado pelas inovações na dinâmica capitalista²⁰, Perroux propõe-se a explorar as relações que se estabeleceriam entre indústrias que ele denominou motrizes – que têm a propriedade de aumentar as vendas e as compras de serviços de outras – e movidas – que têm suas vendas aumentadas em função das indústrias motrizes –, argumentando que o crescimento não ocorre de forma homogênea no espaço, mas “manifesta-se em pontos ou pólos de crescimento, com intensidades variáveis, expande-se por diversos canais e com efeitos finais variáveis sobre toda a economia” (PERROUX, 1955, p. 146). Dessa forma, Perroux argumenta que a

18 A expressão intitula o primeiro capítulo da Teoria do Desenvolvimento Econômico de Schumpeter (1911).

19 Perroux foi o responsável pela introdução à versão francesa da Teoria do Desenvolvimento Econômico, editada em 1935.

20 Convém ressaltar que Perroux (1955, p. 151) estende sua análise para além das proposições originais de Schumpeter (1911) ao considerar, ao lado dos empresários privados (que seriam, sob seu ponto de vista, o foco da análise de Schumpeter), os “poderes públicos e suas iniciativas [...] bem como as pequenas inovações de adaptação” (PERROUX, 1955, p. 151). Sem a pretensão de discutir aqui se esses aspectos estariam ou não contemplados na Teoria do Desenvolvimento Econômico, a observação é válida pela ênfase dada por Perroux ao papel do governo e das inovações incrementais no desenvolvimento econômico.

indústria motriz, além de aportar sua contribuição própria ao crescimento global do produto, também induz em seu ambiente um crescimento que pode ser atribuído às relações que estabelece com as indústrias movidas. Perroux (1955, p. 154) procura demonstrar então que um pólo industrial complexo seria capaz de modificar seu “meio geográfico imediato” e mesmo “a estrutura inteira da economia nacional em que estiver situado”, uma vez que aí se registram “efeitos de intensificação das atividades econômicas” devidos ao surgimento e encadeamento de novas necessidades coletivas.

Quando se soma aos argumentos apresentados no parágrafo anterior a constatação de Perroux (1955, p. 152) de que o aumento das vendas das indústrias motrizes (e, portanto, o estabelecimento dos pólos de crescimento) pode, inclusive, resultar de “um estímulo do Estado sob forma de subvenção, por exemplo, no caso de haver hesitação ou lentidão por parte das indústrias motrizes”, estão dadas as condições para a reconstituição de uma grande parte das políticas de desenvolvimento local implementadas em países desenvolvidos e em desenvolvimento a partir da década de 1950, contêm elas ou não referências diretas às idéias de Perroux. Conforme assinala Miyoshi (1997), pelo menos 28 países chegaram a implementar ou discutir seriamente estratégias de desenvolvimento regional baseadas nos pólos de crescimento de Perroux. Entre esses países, estão incluídos os Estados Unidos, a França, a Itália, a Rússia – então União das Repúblicas Socialistas Soviéticas – e o Brasil. Richardson e Richardson (1975, p. 163) chegam a afirmar que, no início da década de 1970, “a confiança na análise de pólos de desenvolvimento foi uma característica dominante do planejamento regional operacional tanto nos países desenvolvidos como nos países em desenvolvimento”.

Em que pese o fato de terem subsidiado a formulação de políticas de desenvolvimento regional em países desenvolvidos e em desenvolvimento até pelo menos o início da década de 1970, os pólos de crescimento de Perroux passaram a ser severamente criticados já naquele momento. De um modo geral, as críticas baseavam-se no fato de que as experiências de desenvolvimento regional fundamentadas nesse conceito haviam, em sua maioria, falhado, pois as indústrias motrizes implantadas não teriam sido capazes de difundir inovações tecnológicas para as indústrias movidas, tendo sido gerada, em contrapartida, uma maior concentração regional das atividades econômicas nos países que a adotaram. Cruz (2000, p. 57) afirma que vários estudos (sem, entretanto, citá-los) atestariam resultados decepcionantes da adoção de políticas de desenvolvimento industrial e regional baseadas nos pólos de crescimento. Com relação a críticas dessa natureza, o próprio Perroux (1988), em um trabalho publicado postumamente, chegou a defender-se ao levantar a seguinte questão: “*do you know of an example, anywhere on earth, of growth and development where these processes have taken place without the presence and effects of development centers, whether territorialized or not?*” A questão, entretanto, transcende a simples discussão a respeito dos resultados empíricos da implementação de políticas regionais baseadas nos pólos de crescimento, uma vez que é virtualmente impossível isolar seus efeitos de outras variáveis e que

não parece haver uma unidade metodológica nos conceitos empregados²¹. Uma explicação talvez mais simples e coerente do declínio dos pólos de crescimento é aquela que leva em conta o fato de que esses teriam sido concebidos em um ambiente onde a lógica de produção tinha uma base essencialmente fordista. As transformações que começam a ser percebidas na década de 1970 implicariam, portanto, uma impossibilidade de aplicação direta de conceitos formulados para um outro ambiente. Conforme afirma Storper (1994, p. 25), “por volta do início dos anos 70 dissolveram-se, no essencial, as condições que haviam permitido a muitos dos Estados nacionais dos países em desenvolvimento se engajar no planejamento econômico nacional, com sua variante regional de pólos de crescimento”.

4.2. A Causação Circular e Cumulativa de Myrdal

Embora a natureza circular do problema do crescimento nos países menos desenvolvidos seja familiar aos economistas pelo menos desde a década de 1920²², o conceito de “causação circular e cumulativa” é freqüentemente atribuído ao sueco Gunnar Myrdal (1898-1987). Adotando inclusive uma abordagem subnacional, Myrdal (1957) sustenta, com base em argumentos que vão de referências a Nurkse e a um trabalho desenvolvido pelo próprio Myrdal sobre a questão racial nos Estados Unidos até referências ao folclore popular e à Bíblia, que haveria uma inter-relação causal e circular nos fatores ligados à questão do desenvolvimento. A hipótese da causação circular e cumulativa proposta por Myrdal (1957, p. 39) teria “validade em todo o campo das relações sociais”. Quando considera os efeitos do processo de causação circular e cumulativa como explicativos não apenas da heterogeneidade observada no desenvolvimento de países, mas também das desigualdades regionais dentro de um país, Myrdal (1957, p. 42) argumenta que “o jogo das forças de mercado opera no sentido da desigualdade”, o que o coloca na contramão das teorias neoclássicas, de acordo com as quais haveria um processo natural de convergência de renda inter-regional nos países. É com base nessa constatação que Myrdal (1957) defende a intervenção do Estado para conter as forças de mercado, que, de outra forma, tenderiam a acentuar os níveis de desigualdade regional.

Convém observar que Myrdal (1957, p. 35) faz referência a fatores de natureza não-econômica, tais como a qualidade dos fatores de produção e a eficiência dos processos produtivos como determinantes do desenvolvimento. Assim, quando Myrdal (1957, p. 43) se refere à qualificação da mão-de-obra (ou em suas palavras, “a população obreira treinada nos vários ofícios”), à comunicação, à consciência de crescimento e vizinhança e ao espírito empreendedor, termina lidando com fatores que somente muito mais tarde ganhariam destaque na produção teórica em economia regional.

21 Miyoshi (1997) cita cinco diferentes conceitos usados na literatura para definir os pólos de crescimento, demonstrando a grande dificuldade de analisar apenas aqueles correspondentes às idéias originais de Perroux.

22 Krugman (1998, p. 26) assinala que as idéias de causação circular já teriam sido essencialmente tratadas por Young (1928).

4.3. Os Efeitos para Frente e para Trás de Hirschman

Adotando uma linha de pensamento claramente identificada com as questões relativas à aglomeração, Hirschman (1958, p. 18) argumenta que “os recursos e circunstâncias cuja existência se demonstrava necessária ao desenvolvimento econômico não são nem escassos nem tão difíceis de obter desde que o desenvolvimento econômico primeiro se manifeste”. Dessa forma, o desenvolvimento econômico seria dificultado “por uma série de círculos viciosos entrelaçados” (HIRSCHMAN, 1958). Assim, esse autor propõe que se procurem “pressões e processos de incentivo que farão eclodir e mobilizar o maior número possível de recursos escassos, tais como capital e atividade empreendedora” (HIRSCHMAN, 1958), sendo esse o argumento básico para sua defesa dos planos de desenvolvimento. Nessa mesma publicação, Hirschman (1958, p. 23) adota uma visão explicitamente intervencionista, ao argumentar que os países retardatários são forçados a um processo de crescimento menos espontâneo e mais refletido do que o ocorrido nos países onde a expansão primeiramente se verificou. Nesse ponto, Hirschman (1958, p. 24) critica a visão dos pré-requisitos de Gerschenkron, segundo a qual, nos países atrasados, em um dado momento, os benefícios de vencer o atraso tornam-se maiores do que os custos para vencê-lo. Atribuindo uma maior importância às funções de planejamento, Hirschman (1958, p. 24) afirma que essa visão levaria incorretamente à conclusão de que o desenvolvimento ocorreria de forma mais ou menos espontânea nos países retardatários.

No contexto desse arcabouço teórico, Hirschman (1958) discute a questão regional usando os conceitos de efeitos para frente (*forward linkages*) e para trás (*backward linkages*). Krugman (1998, p. 17) assinala que ambos os conceitos (especialmente o de efeitos para trás) tratam da questão das economias de escala necessárias à viabilização de empreendimentos em regiões determinadas. Dessa maneira, os efeitos para trás são a forma encontrada por Hirschman (1958) para expressar as externalidades decorrentes da implantação de indústrias que, ao aumentarem a demanda de insumos no setor a montante, viabilizariam suas escalas mínimas de produção na região. Os efeitos para frente, por sua vez, resultariam da oferta de insumos que tornaria viáveis os setores que se posicionassem a jusante. Embora a mediação do mercado nesse processo esteja evidente, é importante destacar que, ao longo de toda *A Estratégia do Desenvolvimento Econômico*, Hirschman (1958) destaca também os aspectos não pecuniários desses efeitos. Isto fica evidente, por exemplo, quando Hirschman (1958, p. 27-34) procura explicações de natureza “antropológica” para o desenvolvimento ou quando, ao discutir Schumpeter e a questão do empreendedor, afirma que a capacidade empreendedora envolveria, inclusive, a competência para construir acordos entre as partes interessadas (HIRSCHMAN, 1958, p. 36).

5. Produção Recente em Economia Regional

A sistematização da produção recente em desenvolvimento regional é dificultada pelo fato de se tratar de um material bastante novo e, em certo sentido, ainda em construção. Ainda assim, dois grandes blocos podem ser facilmente identificados: de um lado, os autores que empregam métodos menos formais e que procuram, de alguma maneira, incorporar os fenômenos de reestruturação produtiva e aceleração da divisão internacional; de outro lado, os autores ligados à chamada “nova geografia econômica” que buscam abordar os conceitos de aglomeração e custos de transportes através de modelos matemáticos. Com relação ao primeiro bloco, podem-se apontar as seguintes características gerais:

- Uma grande ênfase dada à questão das externalidades (inclusive tecnológicas), com referências explícitas ao trabalho de Marshall (1890), ao contrário das teorias de desenvolvimento regional com ênfase nos fatores de aglomeração discutidas na Subseção 2.3.2, onde a influência de Marshall (1890), na maioria dos casos, pode apenas ser inferida;
- Uma forte influência do pensamento de Schumpeter (1911; 1942) e da corrente evolucionista neo-schumpeteriana, sobretudo nos esforços de compreensão dos impactos dos processos de inovação tecnológica e aprendizado no desenvolvimento regional;
- Uma ênfase nas relações não comerciais estabelecidas no âmbito das aglomerações, levando em conta aspectos de organização industrial e custos de transação.

Selecionar os principais autores e correntes de pensamento de uma produção teórica que está sendo escrita praticamente ao mesmo tempo em que se procura fazer esse esforço de sistematização só pode ser uma tarefa prospectiva. Apesar dessa restrição, alguns autores propuseram-se a realizar esse trabalho, tendo chegado aos seguintes resultados:

- Storper (1997, p. 4) identifica três “escolas” principais: (i) a “institucionalista”, que trata dos distritos industriais, que retomam o conceito de distrito marshalliano e incorporam evidências empíricas observadas sobretudo na região da “terceira Itália”; (ii) a escola da organização industrial e dos custos de transação, cujos principais autores são aqueles ligados à “Escola Californiana das Economias Externas” (STORPER, 1997, p. 9); e (iii) a linha que privilegia o papel da mudança técnica e do aprendizado, influenciada pela corrente neo-schumpeteriana e que inclui também as abordagens dos “ambientes inovadores”;
- Amaral Filho (1999, p. 8 e seguintes) identifica três novas estratégias de desenvolvimento regional ou local: (i) distritos industriais; (ii) ambientes inovadores; e (iii) *clusters*, que são apresentados como uma espécie de “síntese” dos dois conceitos anteriores;
- Boisier ([199-]), propondo-se a identificar a linguagem emergente em

desenvolvimento territorial, discute treze novos conceitos, entre os quais os de “*learning regions*”, aprendizagem coletiva, ambientes inovadores, desenvolvimento local, desenvolvimento endógeno (esses dois últimos com um tratamento mais detalhado) e *clusters*.

Optou-se aqui por examinar, nas subseções seguintes, a produção associada aos conceitos de “distritos industriais”, “ambientes inovadores” e a produção ligada à “organização industrial e custos de transação”, por serem aquelas mais frequentemente empregadas. Incluiu-se, ainda, uma breve discussão sobre a chamada “nova geografia econômica”, que procura dar maior formalismo às questões associadas à aglomeração e aos custos de transporte. Com exceção dessa última escola, o denominador comum da produção recente em desenvolvimento regional, conforme se verá na descrição detalhada de cada um dos escolhidos, parece ser a incorporação de aspectos tecnológicos e institucionais em seus modelos conceituais. É claro que esses autores são de alguma forma influenciados pelas “teorias clássicas da localização” e, sobretudo, pelas “teorias de desenvolvimento regional com ênfase nos fatores de aglomeração” (daí as setas contínuas ligando-as à produção recente em economia regional na Figura 1), mas é importante destacar ainda as influências de Marshall (1890) e Schumpeter (1911 e 1942)¹⁷ sobre os autores dessa corrente.

5.1. Os Distritos Industriais

De todas correntes teóricas incluídas na produção recente em economia regional, a discussão sobre “distritos industriais” é aquela na qual a influência de Marshall é mais claramente identificável. Os distritos industriais podem ser definidos como sistemas produtivos locais caracterizados por um grande número de firmas que são envolvidas em vários estágios e em várias vias na produção de um bem homogêneo, aproximando-se, assim, do conceito que ficou conhecido como distrito marshalliano (AMARAL FILHO, 1999, p. 10). Entre as várias características que se poderiam apontar na descrição dos distritos industriais – muitas delas sujeitas a controvérsias – é a existência de relações não pecuniárias entre empresas do mesmo setor aquela que se destaca. Assim, a maior parte dos autores que se dedicam à questão procura nos aspectos históricos e sociais a explicação para as sinergias observadas entre as empresas desses distritos, embora os *spillovers* tecnológicos não pareçam constituir-se no ponto central de sua análise.

Uma parte significativa da literatura sobre o tema dedica-se à análise do desempenho de regiões cujas taxas de crescimento de emprego e renda mantiveram-se, de forma sustentável no tempo, acima das taxas médias nacionais. Esse é caso de algumas regiões da Itália que caracterizam a chamada “vertente italiana” dos distritos marshallianos.

23 Com relação a Schumpeter (1911 e 1942), pode-se afirmar que sua influência sobre a produção recente em economia regional foi intermediada pelos autores da chamada corrente evolucionista, que aportaram contribuições originais ao pensamento dos autores incluídos neste bloco.

Markusen (1995) procura ampliar a discussão sobre distritos industriais ao propor uma tipologia que, além dos distritos marshallianos e de sua vertente italiana, inclui também distritos centro-radiais (isto é, aqueles que se desenvolvem em torno de uma espécie de empresa que desempenharia o papel de âncora), os distritos plataforma satélite (que resultam da aglutinação, em um espaço geográfico determinado, de empresas cujos centros de decisão são mantidos em suas regiões de origem) e distritos suportados pelo Estado.

5.2. Os Ambientes Inovadores

O conceito de “ambientes inovadores” tem seu desenvolvimento estreitamente atrelado ao *Groupe de Recherche Européen sur les Milieux Innovateurs (GREMI)*²⁴, do qual fazem parte, conforme assinala Boisier ([199-], p. 5) e Amaral Filho (1999, p. 10), autores franceses, italianos e suíços como Aydalot, Camagni, Maillat, Perrin, Crevoisier e outros²⁵. De uma forma geral, esses autores preocupam-se com as externalidades de natureza tecnológica que decorreriam dos vínculos de cooperação e interdependência estabelecidos entre as empresas através da formação de redes de inovação. Nos termos de Moulaert e Sekia (2003, p. 291), “*in the theory of the milieu innovateur developed by the GREMI, the firm is not an isolated innovative agent, but part of a milieu with an innovative capacity*”. Por essa razão, pode-se afirmar, a exemplo do que fez Amaral Filho (1999, p. 11), que, na abordagem dos autores ligados a essa corrente, as inovações desempenham não apenas um papel determinante, mas também gozam de maior autonomia em relação à formulação presente na discussão sobre os distritos industriais e sua vertente italiana.

Fica evidente a preocupação dessa abordagem com os processos de desintegração vertical que, ao facultarem a manutenção dos núcleos estratégicos das empresas em regiões distintas daquelas dedicadas à produção, impediram, em algumas experiências de implantação de “pólos de crescimento”, que o desenvolvimento pudesse ser assimilado de forma endógena nas regiões onde se instalaram “indústrias motrizes”. Em que pese esse esforço, Storper (1997, p. 17) afirma que “*the GREMI group, however, has never been able to identify the economic logic by which milieux foster innovation. There is a circularity: innovation occurs because of a milieu, and a milieu is what exists in regions where there is innovation*”.

5.3. Organização Industrial e Custos de Transação

Estreitamente vinculada aos trabalhos desenvolvidos pelo chamado “Escola Californiana das Economias Externas” (STORPER, 1997, p. 9), essa

24 Grupo Europeu de Pesquisa sobre os Ambientes Inovadores.

25 Amaral Filho (1999, p. 10) assinala que vários autores que se dedicaram ao estudo dos distritos industriais participam também da agenda de pesquisa do GREMI.

abordagem privilegia a corrente teórica da organização industrial e dos custos de transação na compreensão dos fenômenos associados ao desenvolvimento regional. Apoiados no conceito de “janelas de oportunidades” formulado pela corrente neoschumpetariana, os autores desse grupo assinalam que a competição e o processo de inovação abrem “janelas locais” para as regiões. Buscando identificar os componentes principais das especificidades que garantiam o sucesso na promoção do desenvolvimento endógeno, Storper (1994, p. 26) assinala a existências de dois tipos de externalidades:

- Externalidades *Hard*, que correspondem àquelas relativas à tecnologia de produção e às relações insumo-produto;
- Externalidades *Soft*, que contemplam as interdependências não-comerciais da economia local.

Os “ativos relacionais” presentes nas externalidades *soft* propostas por Storper (1994) não parecem ser essencialmente diferentes daqueles apresentados na análise dos “distritos industriais”. Por sua vez, as externalidades *hard* são aquelas que recebem ênfase nas proposições de autores como Perroux (1955). A análise de Storper (1994), entretanto, propõe-se a ir além ao considerar o aspecto dinâmico desses dois tipos de especificidades. Embora apresentem trabalhos que se propõem mais abrangentes, os autores associados à corrente aqui denominada de “organização industrial” não parecem ter ainda conseguido obter sucesso na proposição de uma agenda que possa dar apoio à formulação de políticas de desenvolvimento regional. Nas palavras do próprio Storper (1994, p. 59), “a agenda proposta aqui pode soar utópica, senão impossível”. De fato, as dificuldades não são pequenas: ao atribuírem aos “ativos relacionais” um papel-chave na promoção do desenvolvimento endógeno, os autores não conseguem ultrapassar a barreira da descrição de experiências bem e mal-sucedidas. Isto quer dizer que esses autores não conseguem propor ações de políticas públicas capazes de atuar sobre as externalidades *soft* de modo a utilizá-las como um instrumento de promoção do desenvolvimento.

5.4. A Nova Geografia Econômica

Em oposição às abordagens ligadas aos conceitos de “distritos industriais” e “ambientes inovadores” e à produção teórica ligada à “organização industrial e custos de transação”, que adotam uma perspectiva predominantemente não-formal, a chamada “nova geografia econômica” emprega um tratamento matemático nas questões relativas ao desenvolvimento regional. Embora elogiando seu grau de formalização, Krugman (1998, p. 41) argumenta que as teorias clássicas da localização, por não lidarem com a questão da estrutura de mercado e dos retornos crescentes, terminam não contemplando o verdadeiro *trade off* que existiria entre a aglomeração e a dispersão de atividades econômicas. Como os autores das teorias clássicas da localização apóiam-se na premissa de concorrência perfeita, haveria então uma contradição em seus modelos, pois na ausência de ganhos de escala os

custos de transporte tenderiam a disseminar as atividades ao longo de todo o espaço. Com relação às teorias de desenvolvimento regional que enfatizam os fatores de aglomeração, Krugman (1998, p. 6) argumenta que “a inabilidade de seus autores em expressar suas idéias de forma adequada às técnicas de modelagens disponíveis na época”²⁶ as impediu de serem definitivamente incorporadas ao *mainstream* do pensamento econômico. A despeito desse fato, Krugman (1998, p. 17) vê, nas abordagens que classifica como “teorias do desenvolvimento de cerca de 1958”, as economias de escala como um conceito central, não apenas ao nível de uma planta individual, mas também de forma agregada.

Assim, foi a partir da proposta de fornecer um tratamento formal ao *trade-off* entre ganhos de escala e custos de transporte que se configurou a escola da “nova geografia econômica”, cujas primeiras referências são os trabalhos de Krugman do início da década de 1990 (KRUGMAN, 1991). Daí em diante, várias publicações têm se dedicado ao tratamento formal da questão do desenvolvimento regional²⁷. Em que pese o elevado grau de formalismo das publicações dos autores vinculados a essa corrente, a “nova geografia econômica” não consegue explicar o que dá início às economias de aglomeração em uma determinada região.

6. Conclusão

O presente trabalho procurou apresentar uma proposta de sistematização da produção teórica em economia regional e áreas afins em três grandes blocos: o conjunto de teorias clássicas da localização, as teorias de desenvolvimento regional com ênfase nos fatores de aglomeração e a produção recente na qual podem ser observados esforços para a incorporação de modelos e abordagens que possam dar conta dos novos padrões de produção baseados na automação integrada flexível e dos movimentos de abertura comercial e desregulamentação econômica.

À medida que se examinava a produção teórica dos autores que se dedicaram ao tema, pôde-se notar que, ao longo do tempo, as visões quanto aos níveis de interação entre firmas individuais vão se tornando cada vez mais complexas. Dessa forma, enquanto nas teorias clássicas da localização procurava-se, essencialmente compreender as decisões quanto à localização do ponto de vista de empresas individuais, as teorias de desenvolvimento regional com ênfase nos fatores de aglomeração começam a perceber o papel das externalidades advindas da coexistência, em uma mesma região, de um certo número de empresas. Essa abordagem privilegia, entretanto, as relações mediadas pelo mercado que se estabelecem entre as empresas ao longo da cadeia de produção. As abordagens mais recentes procuram tratar as relações entre empresas em uma perspectiva ainda mais abrangente, considerando não apenas as relações puramente mercantis mas também aquelas sociais e tecnológicas que se estabelecem entre empresas

²⁶ Krugman (1998, p. 6).

²⁷ Ver, por exemplo, Fugita, Krugman e Venables (1999) e Fugita e Thisse (2002). Ver também Brakman, Garretsen e Marrewijt (2001), para uma análise dos modelos formais, e Krugman (1998), para uma síntese conceitual.

situadas em um mesmo espaço geográfico e entre as empresas e a comunidade local. É evidente que essa tendência à incorporação de níveis de interação cada vez mais intensos ao longo do tempo deve ser empregada com uma certa cautela por se tratar de uma proposição de caráter geral. Mesmo ao longo do presente trabalho, que jamais se propôs a apresentar uma análise exaustiva, ficou evidente que já nas teorias clássicas da localização tratava-se da questão da aglomeração (conforme evidenciado na Seção 3.2). Não há como negar, além disso, que autores incluídos na seção dedicada às teorias de desenvolvimento regional com ênfase nos fatores de aglomeração, tais como Myrdal e Hirschman, já em 1957 e 1958 tratavam de fatores que vão muito além de relações estritamente mercantis entre empresas como benefícios advindos da aglomeração.

Por fim, é interessante observar que a análise da produção em economia regional aqui apresentada enseja uma reflexão sobre as possíveis agendas que se poderiam propor para promover o desenvolvimento de espaços subnacionais. É claro que, do ponto de vista acadêmico, deseja-se compreender, indutiva ou dedutivamente, o porquê da heterogeneidade dos níveis de bem-estar entre diferentes regiões, empregando-se, inclusive, métodos que procuram focar decisões de agentes individuais. Entretanto, a própria produção acadêmica parece convergir para o suporte à tomada de decisão, seja do ponto de vista da firma – no caso específico, na determinação da localização considerada ideal pelo empresário – seja do ponto de vista daqueles que se preocupam com a formulação de políticas que visem promover a elevação do bem-estar de regiões determinadas através do desenvolvimento econômico. Nessa perspectiva, as teorias clássicas da localização podem ser apontadas como aquelas que estariam mais voltadas para o suporte à decisão do ponto de vista da firma; já teorias de desenvolvimento regional com ênfase nos fatores de aglomeração parecem ter sido historicamente mais caras àqueles que se dedicaram ao planejamento econômico. Ainda assim, não parece lícito afirmar que as teorias do primeiro bloco possam ter sido negligenciadas na formulação de políticas de desenvolvimento regional, na medida em que, ao compreender os fatores que levariam os empresários a optarem por uma localização determinada, o planejamento regional poderia atuar sobre esses fatores, estimulando, portanto, a implantação de novas unidades de produção nas regiões em foco. Esse é o caso, por exemplo, de ações de políticas públicas voltadas para a melhoria da infra-estrutura física, procurando tornar viáveis, do ponto de vista econômico, empreendimentos que sem ela não o seriam. Por outro lado, seria ingênuo acreditar que as decisões tomadas pelos empresários são motivadas apenas por uma análise quantitativa de receitas e custos. Não apenas os benefícios advindos da aglomeração de empresas, mas também sua própria relação com o governo e a sociedade parecem ser fatores atuantes nas decisões tomadas pelo “homem administrativo” (isto é, aquele que, ao contrário do homem econômico, não dispõe de plena informação e, portanto, busca a melhor solução em um universo finito de soluções possíveis). Por tudo isso, não parece, ao final de uma análise que procurou abranger as diversas correntes de pensamento sobre o tema, haver uma contradição explícita entre as abordagens, mas sim uma espécie de complementaridade. Em suma, nem o trabalho dos formuladores de políticas públicas poderia prescindir dos elementos que norteiam

as decisões do ponto de vista da firma, nem as decisões do ponto de vista da firma seriam as melhores se abstraíssem as estratégias locais de desenvolvimento.

No período mais recente, os esforços para a compreensão dos fatores que levam determinadas regiões a apresentarem indicadores econômicos e sociais mais elevados (sejam eles absolutos ou em termos de taxas de crescimento ao longo do tempo), levando em consideração os novos padrões de acumulação baseados na automação integrada flexível e os conseqüentes fenômenos de abertura comercial e desregulamentação econômica, não parecem formar ainda um corpo teórico coeso, a despeito das grandes similaridades entre as visões sobre distritos industriais, ambientes inovadores e organização industrial aqui apresentadas. Entretanto, é certo que, ao proporem um tratamento que vai além da decisão puramente microeconômica, incorporando não apenas as externalidades de natureza pecuniária, mas também os chamados “ativos relacionais” e o conceito de “capital social”, tem-se a impressão que os requisitos necessários para a promoção do desenvolvimento de determinadas regiões constituiriam uma lista interminável, sendo praticamente impossível a uma única região reuni-los a um só tempo. Além disso, ressentem-se ainda da falta de análises que possam apontar de forma concreta os instrumentos que poderiam ser utilizados pelo setor público para a promoção do desenvolvimento. Em que pese a redefinição do seu papel no período recente, o Estado dispõe ainda de instrumentos de intervenção que vão da provisão de infra-estrutura à concessão de benefícios fiscais e financeiros, e não parece haver ainda indicações claras quanto ao efetivo papel que poderia ser desempenhado por cada um desses instrumentos nos esforços para a promoção do desenvolvimento regional. Por essa razão, uma estratégia voltada para a promoção do desenvolvimento econômico e social de espaços subnacionais terá que ser necessariamente individualizada, não havendo uma diretriz única aplicável a todas as regiões.

Referências Bibliográficas

- AMARAL FILHO, Jair do. A endogeneização no desenvolvimento econômico regional. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA – ANPEC, 27., Belém, Pará, 1999. Anais... Belém: ANPEC, 1999. 1 CD-ROM.
- AZZONI, Carlos Roberto. Teoria da Localização e Evidência Empírica. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA – ANPEC, 10., 1982. Anais... ANPEC, 1982. 1 CD-ROM.
- BOISIER, Sérgio. El lenguaje emergente en desarrollo territorial. Documento preparado para sustentar uma exposição aos funcionários da Subsecretaria de Desenvolvimento Regional e Administrativo do Ministério do Interior do Chile. [S.l.], [199-]. Xerocopiado.
- BRAKMAN, Steven; GARRETSEN, Harry; MARREWIJ, Charles van. An introduction to geographical economics. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.
- BRÖCKER, Johannes. Regional Policy Lessons from New Theories of Growth and Location. [s.d.] Disponível em: <http://www.inm.dk/expert/dok_13.htm>. Acesso em: 03 mar. 2001.
- CANO, Wilson. Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil 1930-1970. São Paulo: Global Editora, 1985.
- CHRISTALLER, Walter. Die zentralen Orte in Süddeutschland: eine ökonomisch-geographische Untersuchung über die Gesetzmässigkeit der Verbreitung und Entwicklung der Siedlungen mit stadischen Funktiionen. Jena: Gustav Fischer Verlag, 1933.
- CRUZ, Rossini. Marcos teóricos para a reflexão sobre as desigualdades regionais: uma breve revisão da literatura. Revista de Desenvolvimento Econômico (RDE), Salvador, ano 2, n. 3, p. 54-66, jan. 2000.
- DINIZ, Clélio Campolina. Global-Local: Interdependência e Desigualdades ou Notas para uma Política Tecnológica e Industrial Regionalizada no Brasil. In: CASSIOLATO, José Eduardo e LASTRES, Helena Maria Martins (orgs.). Arranjos e Sistemas Produtivos Locais e Novas Políticas de Desenvolvimento Industrial e Tecnológico. Rio de Janeiro: Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, jul. 2000.
- FERREIRA, Carlos Maurício de C. Espaço, Regiões e Economia Regional. In: HADDAD, Paulo Roberto (Org.). Economia Regional: teorias e métodos de análise. Fortaleza: BNB/Etene, 1989.
- FERREIRA, Carlos Maurício de C. As Teorias da Localização e a Organização Espacial da Economia. In: HADDAD, Paulo Roberto (Org.). Economia Regional: teorias e métodos de análise. Fortaleza: BNB/Etene, 1989.

- FUGITA, Masahisa; KRUGMAN, Paul; VENABLES, Anthony J. The spatial economy: cities, regions, and international trade. Cambridge: Massachusetts Institute of Technology, 2000.
- FUGITA, Masahisa; THISSE, Jacques-François. Economics of agglomeration: cities, industrial location, and regional growth. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.
- HIRSCHMAN, Albert O. Estratégia do desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961 (Edição original: 1958).
- HISTORY OF ECONOMIC THOUGHT WEBSITE. Disponível em: <<http://cepa.newschool.edu/het/index.htm>>. Acesso em: 04 out. 2001.
- ISARD, Walter. Location and space economy: a general theory relation to industrial location, market areas, land use trade and urban structure. Cambridge: MIT Press, 1956.
- KRUGMAN, Paul. Increasing returns and economic geography. The Journal of Political Economy, v. 99, n. 3, p. 483-499, 1991.
- KRUGMAN, Paul. Development, Geography, and Economic Theory. 4th ed. Massachusetts: MIT Press, 1998 (The Ohlin Lectures, 6).
- LÖSCH, Auguste. The economics of location. New Haven: Yale University Press, 1954 (Edição original: 1940).
- MARKUSEN, Ann. Área de atração de investimentos em espaço econômico cambiante: uma tipologia de Distritos Industriais. Nova Economia, Belo Horizonte, v. 5, n. 2, dez. 1995.
- MARSHALL, Alfred. Princípios de Economia. São Paulo: Abril Cultural, 1982 (Os Economistas) (Edição original: 1890).
- MIYOSHI, Takahiro. Successes and failures associated with the growth pole strategies. 1997. Dissertation (Econ. MA) – Faculty of Economic and Social Studies, Department of Economic Studies, University of Manchester, Manchester, 1997.
- MOTTA, F. O. Manual de Localização Industrial: Uma Tentativa de Adequação da Teoria à Realidade. Recife: BNB/ETENE, 1960.
- MOULAERT, Frank; SEKIA, Farid. Territorial innovation models: a critical survey. Regional Studies, v. 37, n. 3, p. 289-302, 2003.
- MYRDAL, Gunnar. Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1960 (Biblioteca Universitária) (Edição original: 1957).
- PERROUX, François. O conceito de Pólo de Desenvolvimento. In: SCHWARTZMAN, J. (Org.). Economia Regional: textos escolhidos. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1977. p. 145-156 (Edição original: Note sur la notion de pôle de croissance, 1955).

- PERROUX, François. The pole of development's new place in a general theory of economic activity. In: HIGGINS, Benjamin; SAVOIE, Donald J. (Ed.) Regional economic development. Boston: Unwin Hyman, 1988. p. 48-76.
- RICHARDSON, Harry. W.; RICHARDSON, Margaret. The relevance of Growth Center Strategies to Latin America. *Economic Geography*, v. 51, n. 2, p. 163-178, Apr. 1975.
- ROLIM, Cássio. Reestruturação produtiva, mundialização e novas territorialidades: um novo programa para os cursos de economia regional e urbana. Curitiba: UFPR / CMDE, 1999 (Texto para discussão, n. 5). Disponível em: <<http://www.race.nuca.ie.ufrj.br/nuca-wp/autor/rolim2.exe>>. Acesso em: 04 out. 2001.
- SCHUMPETER, Joseph A. Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. São Paulo: Nova Cultural, 1982 (Os Economistas) (Edição original: 1911).
- SCHUMPETER, Joseph A. Capitalismo, socialismo e democracia. Rio de Janeiro: Zahar, 1984 (Edição original: 1942).
- SILVA, Sylvio Carlos Bandeira de Melo e. Teorias da Localização e de Desenvolvimento Regional. *Geografia*, Rio Claro, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 1-23, out. 1976.
- STORPER, Michael. Desenvolvimento territorial na economia global do aprendizado: o desafio dos países em desenvolvimento. In: RIBEIRO, Luiz Cezar de Queiroz; SANTOS JÚNIOR, Orlando Alves dos (Org.). Globalização, fragmentação e reforma urbana: o futuro das cidades brasileiras na crise. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994. p. 23-63.
- STORPER, Michael. The regional world: territorial development in a global economy. New York: The Guilford Press, 1997.
- von THÜNEN, Johann Heinrich. The isolated State. New York: Pergamon Press, 1966 (Edição original: 1826).
- WEBER, Alfred. Theory of location of industries. 2nd ed. Chicago: University of Chicago Press, 1957 (Edição original: 1909).
- YOUNG, Allyn A. Increasing returns and economics progress. *The Economic Journal*, v. 38, p. 527-542, 1928.